



## Ensino & Pesquisa

Ensino & Pesquisa magazine is an interdisciplinary journal of the State University of Paraná (UNESPAR), Center for Humanities and Education. Its objective is to publish scientific articles focused on undergraduate and teacher education. Quadrennial Classification 2013-2016 - Teaching B1. (Preprints Policy-AUTHOREA Platform) ISSN: 2359-4381

<https://doi.org/10.33871/23594381.2021.19.1.174-190>



### **Acervos documentais e ensino de História: reflexões sobre as dimensões públicas de um centro de memória**

**Maria Sílvia Duarte Hadler**, Doutora em Educação pela Unicamp, Pesquisadora do Centro de Memória-Unicamp, atuando na área de pesquisa relacionada à história, memória, cidade e sensibilidades, [masilvia@unicamp.br](mailto:masilvia@unicamp.br)

**Arnaldo Pinto Junior**, Doutor em Educação pela Unicamp e Docente da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, atuando na área de pesquisa relacionada ao ensino de história, memória e práticas culturais, [apjfe@unicamp.br](mailto:apjfe@unicamp.br)

**Resumo:** Tendo em vista o campo da cultura, observamos a produção contínua de formas de leitura e significação do mundo, de narrativas históricas diversas que buscam conferir sentido às experiências dos sujeitos no tempo, atingindo de forma heterogênea os diferentes grupos e instâncias de uma sociedade. Diante deste cenário, este artigo se propõe a situar a dimensão pública de práticas educacionais articuladas ao ensino de História, desenvolvidas a partir de um projeto de extensão formulado em torno de acervos documentais localizados no Centro de Memória-Unicamp (CMU). O referido projeto buscava promover a aproximação entre professores e estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas de Campinas e o CMU, envolvendo a possibilidade de utilização de documentos arquivísticos em atividades de ensino da história local a partir da temática do patrimônio cultural. Pudemos experienciar situações de produção de conhecimento histórico educacional, o que também nos permitiu reflexões sobre as relações entre ensino de História e História Pública. A disponibilização de variadas fontes documentais pertencentes ao acervo do CMU, paralelamente às análises e discussões partilhadas com os professores, abriu caminho para o exercício de leituras plurais relativas à história da cidade e de seus diferentes grupos sociais, entre eles as mulheres. Foram desenhadas possibilidades de maior contato com a diversidade de experiências humanas se movimentando nos espaços urbanos. A dimensão pública do ensino de História, como também o caráter público das frentes de divulgação do conhecimento histórico por meio do CMU tornaram-se mais visíveis em vista do reconhecimento de sua potencialidade de participação nas disputas de narrativas nos espaços coletivos, fazendo parte de modo ativo e criativo da produção da cultura, bem como da memória social.

**Palavras-chave:** História Pública, Centro de Memória, Práticas Educacionais, Produção da Cultura, Ensino de História.

#### **Documentary collections and Teaching of History: reflections on the public dimensions of a Memory Center**

**Abstract:** When it comes to culture, we observe the continuous production of reading forms and meaning of the world from diverse historical narratives that seek to give sense to the subjects' experience over time, reaching the different social groups and instances heterogeneously. Given this scenario, this article proposes to situate the public dimension of educational practices linked to the teaching of History, which were developed from an extension project formulated around documentary collections located at the Unicamp Memory Center (CMU). This project sought to promote closer ties between the CMU, teachers, and students from the early years of primary education in public schools in Campinas, involving the possibility of using archival documents to teach local History based on the theme of cultural heritage. As a result, we were able to experience educational, historical knowledge production situations, which also allowed us to reflect on the relationship

between the teaching of History and Public History. The availability of various documentary sources belonging to the CMU collection, in parallel with the analyzes and discussions shared with the teachers, paved the way for the exercise of plural readings related to the History of the city and its different social groups. Possibilities for more significant contact with the diversity of human experiences moving in urban spaces were designed. The teaching of History's public dimension, as well as the public character of the fronts for disseminating historical knowledge through the CMU, became more visible given the recognition of their potential for participation in the narrative disputes in collective spaces, taking part in a way active and creative production of culture, as well as social memory.

**Keywords: Public History, memory center, educational practices, culture production, Teaching of History.**

---

**Submissão:** 2021-04-21. **Aprovação:** 2021-06-15. **Publicação:** 2021-06-15.

---

## Introdução

Ao pensarmos em relações que podem ser estabelecidas entre a História Pública e o ensino de História nos deparamos, inicialmente, com diversos pontos de intersecção. Focalizando o multifacetado campo da cultura, observamos as práticas sociais produzindo formas de leitura, percepção e significação do mundo, as quais se contrapõem e/ou se complementam, em uma contínua movimentação atravessada por tensões e disputas promovidas pelos mais distintos sujeitos históricos.

Nesse sentido, nos aproximamos dos escritos do historiador Peter Gay (1988), nos quais foram analisadas variadas situações que levaram à configuração das perspectivas culturais burguesas na Europa e Estados Unidos no decorrer do século XIX. Nos estudos desse autor encontramos uma concepção processual de formação de visões de mundo e mentalidades, ou seja, a ideia da cultura em constante transformação, sempre inacabada. Dentre suas contribuições, destacamos a noção de 'educação dos sentidos' articulada a uma visão ampla de sujeito histórico, dotado tanto de racionalidade quanto de sensibilidades. Segundo Maria Sílvia Duarte Hadler (2018, p. 145):

Este historiador nos encaminha para pensar nas mais variadas instâncias, de diversas proce dências socioculturais, que agem de modo descontínuo e heterogêneo sobre as sensibilidades dos diferentes indivíduos e grupos sociais, num processo de modelagem silenciosa e sutil das visões de mundo que vão se constituindo. A noção de educação dos sentidos nos remete, portanto, a processos de educação informais e difusos que incidem, simultaneamente, sobre as faculdades racionais e sensíveis dos diferentes indivíduos e grupos sociais

Dialogando com tais contribuições, reconhecemos a existência de múltiplos e incessantes processos educativos em uma sociedade, os quais alcançam seus diferentes grupos e instâncias de forma heterogênea. Estes processos transitam os espaços públicos e privados, expressando relações de poder, resistência, submissão e enfrentamentos. Por isso, são formadores de concepções de mundo, as quais podem ser observadas nas memórias que buscam conferir sentidos às experiências dos sujeitos no tempo ou nas narrativas históricas que circulam nas salas de aula, afetando tanto estudantes quanto professores.

Sobre a mesma temática, a historiadora Sonia Wanderley (2018, p. 96) destaca, no cenário cultural contemporâneo, a forte presença de narrativas midiáticas, as quais “assumem, cada vez mais, a função de produzir conteúdos hegemônicos, inclusive, em relação às temporalidades, influenciando o significado que a sociedade dá a eventos e processos históricos”.

Numa sociedade marcada profundamente pela midiatização da vida, em que as redes virtuais são colocadas cada vez mais como mediadoras das relações interpessoais, os meios de comunicação desempenham forte papel na produção da cultura. Nas palavras da pesquisadora Marialva Barbosa (2016, p. 121), os meios de comunicação instituem-se como produtores de uma história do tempo presente e, além disso, conforme nos adverte, “ao selecionarem fatias do mundo como se fosse o que acontece no mundo, articulam discursivamente o que deve ser considerado passado numa perspectiva futura”.

Concepções de passado e de usos do passado, em sua circulação pelas diversas instâncias da sociedade, participam daqueles processos culturais de formação de visões de mundo, entre sutis e difusos movimentos de educação das sensibilidades que alcançam indistintamente indivíduos e grupos sociais. Observamos a preponderância, nestes meios de comunicação, de concepções de história que apostam na ideia da possibilidade de recuperação da verdade de um passado tal como teria sido, elegendo certos documentos como atestado da veracidade de formas de entendimento que vieram a ser publicizadas. A visão de tempo concebida como uma sequência de acontecimentos que se sucedem linearmente do passado em direção ao presente tende a simplificar a compreensão histórica, escamoteando tanto a complexidade das relações humanas quanto a produção de conhecimento sobre outras temporalidades.

Diferentes formas de mídia, associadas à divulgação de um conhecimento histórico voltado a públicos não especializados, carregam certo poder de sedução e encantamento.

Representações históricas podem ser encontradas em filmes, novelas de televisão, documentários, peças de teatro, letras de canções, revistas impressas e eletrônicas, muitas das quais acabam sendo utilizadas no ensino de História. O aprendizado da história não ocorre, portanto, apenas em espaços institucionalizados como as instituições escolares e universitárias. Aprende-se história – ou toma-se contato com ela – no ambiente escolar, por meio de programas televisivos, redes sociais, leitura de jornais, revistas e livros de divulgação, visita a museus e exposições, dentre outras possibilidades. Assim, é necessário reconhecer que o fazer história e, notadamente, os modos de divulgação da história possuem um inegável sentido público.

Trata-se, portanto, de atentarmos para o espaço público de uma dada sociedade em que se trava, recorrentemente, uma disputa de narrativas, concepções, pontos de vista, permeados por interesses e relações de poder. Acreditamos que é neste cenário político-cultural que se deva situar a dimensão pública de práticas educacionais articuladas ao ensino de História. Pensar a participação destas práticas no quadro movente das disputas entre as diferentes narrativas de natureza histórica que circulam na sociedade, fortalecendo concepções de uma sociedade e seus diferentes sujeitos históricos, seja na direção de visões mais abertas, inclusivas, democráticas, seja de visões mais restritas, preconceituosas e de ranços autoritários<sup>1</sup>.

Interessa-nos o alargamento da compreensão de como o campo do ensino de História, entendido de forma ampla e abrangente, se relaciona com questões significativas do presente. Apostamos nas potencialidades dos estudos históricos escolares para a formação de sujeitos críticos, criativos e sensíveis à compreensão e ao reconhecimento da legitimidade da existência de sujeitos outros, diversos social e culturalmente, entre eles as mulheres, os quais podem construir espaços de sociabilidade mais justos e democráticos.

---

<sup>1</sup> Nossos estudos sobre as relações entre história e memória têm se valido das contribuições de Jacy Alves Seixas (2001; 2002), das leituras dos ensaios benjaminianos de Michel Löwy (2002; 2005), Jeanne Marie Gagnebin (2004; 2006) e Maria Carolina Bovério Galzerani (2002; 2013a). Destacamos, também, as reflexões de Paul Ricoeur (2007) acerca dos sentidos culturais atribuídos à memória, à história e ao esquecimento, como também às de Leonor Arfuch (2005; 2013; 2016) em torno das relações entre memória, subjetividade e identidade.

## **Desenvolvimento**

Discussões travadas no âmbito da História Pública têm marcado reflexões acerca dos modos de divulgação do conhecimento histórico, assim como de seus usos no ensino da disciplina escolar (FONSECA, 2016). Instituições como arquivos, museus, centros de memória, dentre outras, têm sido locais de reflexão sobre a história e de sua divulgação para o público em geral. Importa, certamente, pensar nos públicos alcançados por estes processos e em como são impactados em sua educação, em sua formação.

Tendo em vista tal horizonte de reflexões, focalizamos neste artigo as potencialidades de uma instituição, como um centro de memória, participar de modo ativo deste complexo processo de constituição de visões de mundo de natureza histórica. E, mais especificamente, no caso particular do Centro de Memória-Unicamp (CMU), pensar as potencialidades de participação nos debates em torno da História Pública por meio de atividades ali desenvolvidas.

O CMU, fundado em 1985, é um órgão autônomo na universidade, integrante do sistema Cocen (Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa). Constitui-se como um centro de documentação e pesquisa que se propõe a captar, organizar, preservar, disponibilizar e difundir conjuntos documentais relacionados, preferencialmente, mas não exclusivamente, à cidade de Campinas e região. Fazem parte de seu acervo arquivos pessoais e institucionais e abriga conjuntos documentais de gêneros diversos como textuais, iconográficos, audiovisuais e tridimensionais, referentes aos anos finais do século XVIII até a atualidade. A história local tem se constituído como um eixo norteador de inúmeras pesquisas realizadas a partir destes conjuntos documentais.

Enquanto uma instituição pública detentora de significativo acervo referente à história de Campinas, o CMU tem desenvolvido formas de atuação, de produção de conhecimento que permitem inscrevê-las no âmbito da História Pública, seja por uma prática deliberada de facilitação do acesso à documentação, seja pela construção de modos de divulgação de conjuntos documentais e de pesquisas produzidas em torno de temáticas relacionadas a processos sociais, culturais e políticos existentes na cidade.

Cabe ressaltar que foi ampliado, principalmente no último ano, um setor de difusão cultural que guarda muitas possibilidades de atuação no campo da história pública: divulgação de itens documentais por meio de redes sociais, apresentação de temáticas que

podem ser abordadas a partir de determinados conjuntos de documentos, sugestões pedagógicas, produção de material sobre patrimônio cultural dirigido aos três níveis da Educação Básica, realização de exposições, visitas orientadas, produção de vídeos curtos e podcasts sobre pesquisas realizadas, trazendo abordagens diversas acerca de diferentes aspectos da história da cidade. São atividades de divulgação dirigidas ao público em geral e que, certamente, contribuem para alargar as condições de debates públicos sobre conhecimentos históricos na cidade. A disponibilização de acervos pertencentes a arquivos e centros de memória para um público mais amplo alimenta a circulação de uma história que se torna pública neste emaranhamento cultural de visões/percepções sobre o tempo, a memória, as relações sociais. Práticas de história pública afetam a constituição de uma consciência histórica, articulam-se com memórias individuais e coletivas.

No entanto, gostaríamos de destacar aqui as possibilidades abertas por um trabalho colaborativo com um público específico, qual seja, aquele formado por professores e estudantes dos anos iniciais da Educação Básica. Acreditamos ser este um público bastante importante de ser acolhido e envolvido num processo compartilhado de discussão sobre a história local, embora esta perspectiva seja pertinente e necessária em todos os níveis da escolaridade. Oferecer possibilidades a estes estudantes, em seus momentos iniciais de escolarização, de problematizarem e refletirem sobre diferentes espaços e tempos da cidade em que habitam, inscreve-se em processos de educação do olhar, educação de suas sensibilidades na direção do interesse pelo mundo à sua volta, por outros sujeitos (CALLAI, 2005; GALZERANI, 2013b; KOLB-BERNARDES, 2010). Pensamos que se trata de despertar nestes estudantes o interesse por questões relativas ao espaço público no início de um processo de educação para a alteridade e de criação de condições para o desenvolvimento do pensamento numa perspectiva histórica.

Entre outubro de 2018 e outubro de 2020 coordenamos um projeto de extensão, intitulado *Patrimônio, memória e educação: outros olhares para o ensino de história local*, visando aproximar do CMU professores e estudantes dos anos iniciais da Educação Básica, a fim de que visualizassem a possibilidade de utilização de documentos arquivísticos em suas atividades relacionadas ao ensino de História. Observávamos que um centro de documentação, como o CMU, não fazia parte do universo de atuação destes professores e nem de seus estudantes. Concebendo um centro de memória como espaço cultural, um lugar de pesquisa e também de aprendizagem da História, discutimos em nossos encontros com os

professores formas de interação com a documentação ali abrigada, descortinando-se atividades significativas de ensino e aprendizagem da história diante de uma variedade de histórias e memórias participantes das configurações do espaço urbano da cidade de Campinas e articuladas a diversos documentos ali disponibilizados para acesso do público em geral. Além de pretender propiciar o contato com diferentes documentos de arquivo, este projeto de extensão também apresentava como objetivo o estímulo a discussões a respeito do patrimônio cultural e de suas potencialidades para a construção de concepções plurais de memória e de história.

No interior deste projeto de extensão, desenvolvemos atividades associadas ao ensino da História, de forma colaborativa e dialógica, com escolas públicas estaduais do distrito de Barão Geraldo, pertencente ao município de Campinas. Cabe ressaltar que a seleção das unidades escolares se deu a partir de uma busca ativa: os coordenadores estabeleceram contatos com equipes gestoras de inúmeras instituições que atuam exclusivamente com os anos iniciais do Ensino Fundamental. Dentre os convites e esclarecimentos encaminhados, apenas duas escolas aderiram formalmente ao projeto, a saber: Escola Estadual Professora Maria Alice Colevati Rodrigues e Escola Estadual Físico Sérgio Pereira Porto. Ao somarmos todas as pessoas diretamente envolvidas nas duas escolas, chegamos ao número de 20 (vinte) profissionais da educação básica (incluindo diretoras, coordenadoras pedagógicas e corpo docente) e aproximadamente 130 (cento e trinta) estudantes.

No que tange às atividades desenvolvidas, realizamos encontros nas próprias escolas, com a presença da direção e das coordenadoras pedagógicas, que nos cederam diversos momentos de suas reuniões regulares. As discussões aconteciam no formato de rodas de conversa, em que os participantes eram estimulados a trocar suas experiências, dúvidas e inquietações. Alguns encontros aconteceram na Universidade tanto para apresentação e discussão dos referenciais teóricos do projeto quanto para visita orientada ao CMU, na qual buscamos apresentar os acervos e a dinâmica interna de trabalho de um centro de documentação. Pudemos, então, experienciar situações variadas e sugestivas de produção de conhecimento histórico educacional, o que também nos permitiu reflexões sobre as relações entre ensino de História e História Pública.

Embora o lugar social ocupado pelo professor da Educação Básica sofra desvalorizações por parte de diversos setores da sociedade, cabe reconhecer, entretanto, seu valor estratégico, na medida em que a maioria da população brasileira é formada pela escola

pública (PENNA; SILVA, 2016). Acompanhamos os professores Fernando Penna e Renata Aquino da Silva (2016, p. 199), em especial quando afirmam que “esta é a escola à qual a maior parte dos brasileiros pode ter acesso e, portanto, a que possui o maior poder de transformação da nossa realidade e inserção no espaço público”.

Os referenciais teóricos e metodológicos deste projeto de extensão estavam ancorados, prioritariamente, em reflexões de Walter Benjamin (1987; 2006) sobre o tempo, a memória e a cidade moderna, nas discussões do antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves (2002; 2005) sobre patrimônio cultural e também nos escritos da historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani (2008; 2012; 2013c) acerca do patrimônio, da história local e do ensino de História.

### **Diálogos reflexivos, práticas educacionais possíveis**

Tratar de história local, patrimônio cultural e ensino de História é abordar a cidade, seus espaços de memória, os diversos sujeitos que participaram e participam cotidianamente de sua construção. As reflexões de Gonçalves acerca do patrimônio cultural oferecem fundamentação para o alargamento da compreensão de sua natureza social, política, histórica. Aprofundando esta compreensão, o antropólogo esclarece:

[...] os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação”, que funda a memória e a identidade (GONÇALVES, 2002, p. 121).

Pensar o patrimônio na relação com o cotidiano da vida social implica em estabelecer referências às experiências pessoais e coletivas dos diversos grupos sociais. A atribuição de significados, de sentidos a objetos, lugares, rituais, festas está na base do reconhecimento da legitimidade de um dado patrimônio de uma coletividade. Gonçalves concebe os patrimônios como “instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas”, e que se revestem de importância para uma atuação na direção de “reconhecimento social e político” destes sujeitos no espaço público.

Esta perspectiva de abordagem do patrimônio cultural sugerida pela leitura de Gonçalves abre caminho para inúmeras possibilidades de reflexão e de atuação no campo do



ensino da história local, tanto em situações formais nos espaços escolares quanto informais em outros espaços educativos. O espaço público de uma cidade, concebido como um espaço recoberto por temporalidades diversas, apresenta-se, também, atravessado por uma diversidade de sujeitos, de pontos de vista, de memórias, em constantes disputas pelo reconhecimento de sua presença. Além do patrimônio cultural, outras perspectivas identitárias geram embates em complexos cenários urbanos, como é o caso de Campinas. Questões relativas ao trabalho, minorias raciais, gênero e desigualdades sociais podem ser levantadas a partir da rememoração dos sujeitos coletivos, suas experiências vividas e potenciais contranarrativas (IPEA, 2015; MEDEIROS; PINHEIRO, 2018; RAMOS, 2011).

Assim, paralelamente aos diálogos estabelecidos com os professores dos anos iniciais da Educação Básica acerca do uso de documentos em sala de aula, dos cuidados relacionados à observação dos critérios de organização de um acervo e às condições de produção dos documentos selecionados, foram discutidas, por meio de textos de apoio, concepções de história, memória, documentos e patrimônio cultural.

Constatamos a forte presença, ainda, de visões de história tradicionais, de cunho positivista, assentadas na concepção de uma história cronológica, recheada por acontecimentos que se sucedem linearmente no tempo por meio de relações entre causas e efeitos. Visões de história que circulam amplamente e se reproduzem nas diversas instâncias do social. A abordagem da temática da história local e do patrimônio cultural abriu condições de problematização destas concepções.

É importante ressaltar que nestes momentos havidos de discussão coletiva, os participantes puderam trocar suas experiências e conhecimentos, como também manifestar dúvidas, inquietações, angústias, sugerir demandas e propor encaminhamentos de atividades pedagógicas. Foi possível constatar que se realizam muitas trocas de saberes no interior de um processo de ensino e aprendizagem – saberes acadêmicos e profissionais do professor, saberes advindos da experiência social e familiar dos estudantes, visões diversas sobre o mundo, a sociedade, que circulam pelos meios de comunicação. Em reflexão a respeito, Ferreira e Penna (2018, p. 113-114) ressaltam:

Durante a aula de História, a dinâmica desenvolvida a partir das experiências de troca de saberes, da circulação do conhecimento, da preocupação com a divulgação e da criticidade do saber histórico, são aspectos relevantes para a história pública.

Não podemos deixar de concordar com os referidos autores ao afirmarem que “na sala de aula, portanto, se desenvolvem práticas de história pública com intensa atividade intelectual” (idem, p. 114).

A partir desta perspectiva de compreensão da pluralidade de circunstâncias presentes no espaço de uma sala de aula, pudemos observar que a disponibilização de variadas fontes documentais, especialmente as fotográficas, pertencentes ao acervo do CMU, abriu caminho para o exercício de leituras mais plurais relativas à história da cidade e de seus diferentes sujeitos e grupos sociais.

De forma similar, o encaminhamento de abordagens em torno do patrimônio cultural proporcionou percepções de outras maneiras que poderiam facultar o envolvimento dos estudantes em estudos sobre patrimônios a serem reconhecidos e preservados, para além daqueles oficialmente reconhecidos por órgãos municipais. As discussões sobre patrimônio cultural proporcionadas pelo antropólogo José Reginaldo Gonçalves, em vários de seus artigos, contribuíram, como já apontado, para a ampliação da compreensão desta noção.

Assim, surgiram sugestões de atividades com determinadas formas de patrimônio que passaram a ser visualizados como tal. Acervos escolares, fotografias com registro de atividades desenvolvidas pelos estudantes e seus familiares, planejamentos e anotações de aulas dos professores, prontuário de professores e funcionários, livros de presença são exemplos de itens que foram considerados por muitos professores participantes um patrimônio documental portador de histórias e memórias da instituição escolar, ultrapassando-se o equívoco da designação de “arquivo morto” para uma boa parte desta documentação.

Outra frente de atividades sugeridas foi conduzida no sentido de estimular os estudantes a observarem mais detidamente seus espaços de moradia – incluindo as comunidades, os bairros, etc. –, e procurassem perceber lugares de significação coletiva, aos quais os moradores atribuíssem uma valoração que indicasse a representatividade de uma memória afetiva a ponto de serem considerados um patrimônio cultural da respectiva comunidade por simbolizarem, de algum modo, situações de significado existencial e cultural vivenciadas coletivamente.

Foi iniciada uma experiência de organização e identificação de um grande acervo de fotografias, depositado em uma das escolas participantes, com a colaboração de estudantes universitários bolsistas integrantes do projeto de extensão. Trabalhar com a história da escola

por meio de temáticas diferenciadas em cada uma das séries dos anos iniciais, com a utilização dos documentos da própria unidade escolar, mas também, com entrevistas e depoimentos dos próprios alunos, de familiares, funcionários e ex-alunos, configurou-se como uma perspectiva bastante sugestiva e apropriada de abordagem do ensino de História nos anos iniciais, o que também poderia desencadear a interrelação com outras temáticas pertinentes à história da cidade, de seus bairros, de seus diferentes grupos sociais.

Outras alternativas muito instigantes de trabalho com os professores no campo do ensino de História foram discutidas com uma das escolas em torno da possibilidade de criação de um centro de memória escolar, virtual, alimentado com a coleta de depoimentos de diferentes sujeitos que tiveram algum tipo de envolvimento, direto ou indireto, com a instituição em questão. Trazer as memórias de funcionários antigos, há muitos anos ali trabalhando, acerca de diversos momentos vivenciados naquela unidade escolar, seja com os próprios estudantes, suas famílias ou com acontecimentos ocorridos no bairro—onde está localizada. Além de familiares e ex-estudantes ainda presentes no entorno, entrevistas com moradores os mais diversos daquele bairro também foram aventadas. O material decorrente destas entrevistas, que seriam realizadas ao longo do ano, deveria ser recolhido e depositado nesta espécie de centro de memória virtual a ser criado na escola, disponível para utilização pelos professores em suas aulas como suporte para abordagem de muitos temas relativos à história da escola, do bairro, da cidade<sup>2</sup>.

Memórias relativas a diversos momentos da vida de uma escola com mais de trinta anos de existência, relatos a respeito das transformações urbanas ocorridas nas suas imediações, hábitos e costumes que se mantiveram e outros que se alteraram, histórias de vida de mulheres e também de negros em diversas ocupações e posições na vida social, de imigrantes, migrantes e até de refugiados que buscaram o bairro e também a escola como seus locais de vivência. Contato com diferentes atividades profissionais, questões ambientais e sociais, situações de emprego e desemprego. Todas estas possibilidades, percebidas como factíveis, apontavam para uma perspectiva de trabalho que concebia os eventuais colaboradores a serem entrevistados como sujeitos históricos cujas histórias e memórias importavam, tinham relevância.

---

<sup>2</sup> Infelizmente, a realização efetiva destas atividades de entrevistas e recolha de depoimentos que seriam utilizados pelos professores em suas atividades com os estudantes foi interrompida em virtude das preocupações da direção da escola e dos participantes do projeto pela situação de pandemia, permanecendo a sugestão de sua continuidade quando as condições sanitárias assim o permitirem.

O alargamento da visão de mundo dos estudantes que viessem a ter contato com todas estas histórias e memórias, como também uma educação de seu olhar e de suas sensibilidades em relação a posturas de respeito e tolerância diante de “outros”, de diferentes no espaço público urbano, constituíam-se em fortes expectativas para nós, participantes destas discussões.

Quanto aos professores presentes nos encontros coletivos, pudemos observar sinais de deslocamentos significativos em relação a posicionamentos anteriores. Presenciamos relatos de algumas modificações efetuadas em atividades desenvolvidas com seus estudantes no sentido de propiciar-lhes mais espaço para colocarem suas questões e comentários reflexivos. Em encontros havidos, foi possível observar uma ampliação das percepções das possibilidades de abordarem as histórias da cidade, da escola, dos bairros dos estudantes, trazendo para a sala de aula histórias e memórias de sujeitos comuns, anônimos, de mulheres, de negros, migrantes. Para vários professores, era o reconhecimento da legitimidade e da importância da presença de uma diversidade de sujeitos como objeto de estudo da história local. Foi possível observar, também, um entendimento mais crítico de uma concepção de história cronológica, ainda muito presente em inúmeras escolas. Discussões em torno de documentos fotográficos abriram caminho para muitos dos docentes presentes compreenderem de forma mais apurada tanto a complexidade das relações entre presente e passado quanto as condições de produção destes documentos.

Deste modo, implicações percebidas do projeto de extensão realizado na formação dos professores dos anos iniciais da Educação Básica nos permitiu maior clareza das articulações entre esta formação e a participação em processos de construção de uma memória social e no despertar de uma sensibilidade histórica frente a temáticas pertinentes à história da cidade.

### **Considerações finais**

A abordagem da história local sob o prisma do patrimônio cultural mostrou-se como uma possibilidade de abertura para o contato com diferentes sujeitos, com a diversidade social e cultural de nossa sociedade. A aproximação com a existência de visões sociais diversas, de interesses associados a determinados grupos sociais oportunizam a construção de uma visão mais ampliada e complexa da cidade. A percepção da relatividade de critérios

de valorização de algumas formas de patrimônio em detrimento de outras incide em relações de pertencimento, alargamento de autoestima, propiciando o aguçamento de sensibilidades diante do espaço público e do reconhecimento da legitimidade da presença de sujeitos outros neste espaço.

De alguma maneira, foram vivenciadas oportunidades de construção de outras narrativas com relação à história da cidade ao se propor retirar da invisibilidade social determinadas histórias, tornando-as presentes no âmbito da constituição de uma memória social. Seja por meio da análise de documentos arquivísticos, seja por meio da recolha de diversos relatos acerca de experiências vividas de sujeitos diversos, observou-se que outras narrativas, expressando outros olhares sobre determinados momentos do passado da cidade, poderiam estar representadas nos espaços escolares, trazendo questões significativas e relevantes do presente, diferenciando-se de “narrativas de celebração do passado” (KOYAMA, 2018).

Leituras de ensaios de Walter Benjamin a respeito do tempo, das relações entre presente e passado, nos inspiraram no encaminhamento destas discussões. A crítica benjaminiana do tempo cronológico, homogêneo e vazio de experiências humanas vividas, trouxe maior amplitude à compreensão da presença de tempos passados em nosso presente. Há passados que assombam, que não passam. Outros, modulados por determinadas narrativas e práticas sociais e culturais, em sua permanência no presente, dificultam a instalação de novas práticas culturais que permitam a emergência de narrativas mais abertas e sensíveis às urgências do tempo presente.

Também preocupada com a não linearidade das relações entre temporalidades, a historiadora Márcia Ferreira (2015, p. 15) aponta que “práticas socioculturais do passado inscritas no espaço/tempo da cidade evocam referências de uma dada memória e história local que pode resultar na exclusão de histórias plurais, de tensões e conflitos”. Narrativas da história local que se constituíram como hegemônicas, mediadas por relações de poder predominantes, tendem a suscitar processos culturais e políticos de apagamentos e silenciamentos de histórias vivenciadas por diferentes sujeitos em outros tempos do espaço urbano. A historiadora Maria de Fátima Guimarães (2015), em análises acerca de práticas de memória e de esquecimento observadas em diversas localidades, propõe pensar a imagem de um processo de colonização do presente pelo passado, no qual a reafirmação contínua de

determinadas versões daquela história local impele o presente a se tornar refém da evocação de um tempo passado idealizado.

Sob estas perspectivas de reflexão, o ensino de História pode ser um espaço de construção de um olhar crítico e sensível para as representações do passado que circulam em nosso presente, olhar este que favoreça leituras plurais e imaginativas deste passado, enfrentando a questão sobre as formas pelas quais o passado vem sendo utilizado. É preciso reconhecer que há muitas maneiras de considerar a história. Neste sentido,

Pode-se pensar que é possível recuperar o passado tal como ele se deu e que fazer história é trazê-lo para o presente, tal como fazem os meios de comunicação, ou, ao contrário, que fazer história é produzir uma reinterpretação imaginativa desse passado, presumindo o tempo vivido pelos homens de outrora. Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto de que sempre será produzida uma interpretação repleta das significações construídas a partir do presente e das subjetividades dos que constroem atos narrativos sobre o passado (BARBOSA, 2016, p. 129).

O ensino de História pode também ser concebido como um espaço/tempo de fronteira, como um entrelugar, na sugestiva expressão utilizada por Everardo Paiva de Andrade e Nivea de Andrade (2016, p. 183). De acordo com estes professores, a comunidade escolar, nas fronteiras do ensino de História, “se movimenta em temporalidades disjuntivas, entre significações de passado e presente, entre conhecimentos historiográficos e memórias locais, entre histórias de vida e significações coletivas”, produzindo movimentações que vivenciam a diferença, a diversidade.

O aprendizado de história, desde os primeiros anos da escolaridade, assume uma especial importância se conduzido de forma dialógica com as experiências de vida trazidas pelos estudantes. Em nosso contato com os professores dos anos iniciais, foram desenhadas possibilidades de maior proximidade com a diversidade de experiências humanas se movimentando no espaço da cidade, passando por transformações ou ancorando permanências, produzindo condições destes estudantes pensarem historicamente. E nestes contatos – importante destacar – vivenciou-se a construção compartilhada de conhecimentos históricos escolares a partir das interações havidas em torno de reflexões desencadeadas pelo acesso, propiciado pelo CMU, aos diversos itens documentais selecionados.

Tornada mais visível, a dimensão pública do ensino de História potencializa sua participação nas disputas de narrativas no espaço público, fazendo parte da produção da cultura, com perspectivas de interferência – mesmo que discretas, sutis e pouco perceptíveis

– nas movimentações tensas dos processos de constituição de visões de mundo. E, de algum modo, fez-se também mais visível o caráter público das frentes de atuação e de divulgação do conhecimento histórico por parte de um centro de memória. Dimensões públicas, e claramente políticas, de processos educacionais.

## Referências

- ANDRADE, E. P.; ANDRADE, N. História Pública e Educação: tecendo uma conversa, experimentando uma textura. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (Orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 175-184.
- ARFUCH, L. **Memoria y autobiografia**. Exploraciones en los limites. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- \_\_\_\_\_. Narrativas en el país de la infancia. **ALEA**, XVIII (3), p. 544-560, set./dez 2016.
- \_\_\_\_\_. Problemáticas de la identidad. In: ARFUCH, L., CATANZARO, G.; CORI, P. D.; PECHENY, M.; ROBIN, R.; SABSAY, L.; SILVESTRI, G. **Identidades, sujetos y subjetividades** (Volume 2). Buenos Aires, Argentina: Prometeo Libros, 2005, p. 21-43.
- BARBOSA, M. Imprensa e História Pública. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (Orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.121-131.
- BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Obras escolhidas; v. 1).
- CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622005000200006>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v2566.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- FERREIRA, M. R. R. **História, memória e educação das sensibilidades: o processo de patrimonialização da Casa Lambert de Santa Teresa - ES**. 2015. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- FONSECA, T. N. L. Ensino de História e História Pública. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (Orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 185-194.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/retrato](http://www.ipea.gov.br/retrato)>. Acesso em: 10 set. 2020.
- GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GALZERANI, M. C. B. Memória, cidade e educação das sensibilidades. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 20, n. 23, p. 1-6, jan./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v20i23.8645722>. Disponível em:

- <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645722>>.  
Acesso em: 22 jan. 2020.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa em ensino de História: saberes e poderes na contemporaneidade. In: SILVA, M. A. da (Org.). **História: que ensino é esse?** Campinas: Papyrus, 2013a, p. 235-252.
- \_\_\_\_\_. Escola e conhecimento de História e Geografia: uma disciplina acadêmica e a educação das sensibilidades. **Antíteses**, Londrina, v. 6, n. 12, p. 126-147, jul./dez. 2013b. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2013v6n12p126>. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/13345>>. Acesso em: 30 out. 2020.
- \_\_\_\_\_. Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais. **Pro-posições**, Campinas, v. 24, n. 1 (70), p. 93-107, jan./abr. 2013c. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072013000100007>. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01033072013000100007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01033072013000100007&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 28 fev. 2020.
- \_\_\_\_\_. Memória, tempo e história: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em ensino de história. **Cadernos CEOM**, Chapecó, v. 21, n. 28, p. 15-31, 2008. Disponível em: <<http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/152/0>>. Acesso em: 11 abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin. In: FARIA, A. L. G. de; DEMARTINI, Z. B. F. de; PRADO, P. (Orgs.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 48-68.
- GAY, P. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gêneros de discurso. In: OLIVEIRA, L. L. (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 108-123.
- \_\_\_\_\_. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100002>. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- GUIMARÃES, M. F. Patrimônio Cultural e Ensino de História: problematizando a colonização do presente pelo passado. In: ZAMBONI, E.; GALZERANI, M. C. B.; PACIEVITCH, C. (Orgs.). **Memória, Sensibilidades e Saberes**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2015, p. 90-102.
- HADLER, M. S. D. **Trilhos de modernidade: memórias e educação urbana dos sentidos**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- KOLB-BERNARDES, R. Segredos do coração: a escola como espaço para o olhar sensível. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 30, n. 80, p. 72-83, jan./abr. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000100006>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n80/v30n80a06.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2020.



- KOYAMA, A. C. Lembranças, Esquecimentos e Narrativas: questões incômodas sobre história e memória na educação e nos arquivos. In: PARRELA, I. D.; KOYAMA, A. C. (Orgs.). **Arquivos, Arte & Educação: diálogos nas fronteiras do conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2018, p. 11-25.
- LÖWY, M. A filosofia de história de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 199-206, maio/ago. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200013>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a13.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MEDEIROS, M.; PINHEIRO, L. S. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 161-187, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v33n1/0102-6992-se-33-01-159.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- PENNA, F. A.; SILVA, R. C. A. As operações que tornam a história pública: a responsabilidade pelo mundo e o ensino de história. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (Orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 195-205.
- PENNA, F. A.; FERREIRA, R. A. O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: práticas de história pública frente à Base Nacional Comum Curricular e ao Escola Sem Partido. In: ALMEIDA, J. R.; MENESES, S. (Orgs.). **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 109-127.
- RAMOS, D. Pesquisas de uso do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. In: BONETTI, A; ABREU, M. A. (Orgs.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011, p. 17-43.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SEIXAS, J. A. Percursos de memória em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 37-58.
- \_\_\_\_\_. Os tempos da memória: (des)continuidades e projeção. Uma reflexão (in)atual para a História? **Projeto História**, São Paulo: EDUC, n. 24, 2002, p. 43-63.
- WANDERLEY, S. Didática da História escolar: um debate sobre o caráter público da História ensinada. In: ALMEIDA, J. R.; MENESES, S. (Orgs.). **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 94-108.